



## “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

**Eixo temático:** Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

### **AUTOGESTÃO NA PANDEMIA EM DEFESA DA SEGURANÇA ALIMENTAR: O Protagonismo das mulheres na favela de Rio das Pedras.**

MARCIA BASTOS DE ARAÚJO <sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo se apresenta como síntese da pesquisa desenvolvida em 2020 na favela de Rio das Pedras por ocasião da elaboração do artigo publicado na Revista de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Considerou-se os resultados obtidos a época, para apresentar uma nova problemática não abordada no trabalho anterior, que corresponde à conexão das experiências de autogestão da pandemia protagonizada pelas mulheres de Rio das Pedras com o tema da Segurança Alimentar em um contexto de aumento em velocidade e agravamento da fome no país.

**Palavras chaves:** Mulheres. Segurança Alimentar. Favela e Pandemia.

**Resumen:** Este artículo se presenta como una síntesis de la investigación desarrollada en 2020 en la favela de Rio das Pedras con motivo de la elaboración del artículo publicado en la Revista de Posgrado en Ciencias Sociales de la Universidad Federal de Rio Grande do Norte. Los resultados obtenidos en su momento fueron considerados para presentar una nueva problemática no abordada en el

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Puc-rio

trabajo anterior, que corresponde a la conexión de las experiencias de autogestión de la pandemia realizadas por las mujeres de Rio das Pedras con el tema de la Seguridad Alimentaria en un contexto de aumento de la velocidad y recrudecimiento del hambre en el país.

**Palabras claves:** Mujeres. Seguridad alimentaria. Favela y Pandemia.

## 1. Introdução

No emaranhando de disputas políticas presente no período que marcou o início da pandemia no Brasil, o que predominou foi à falta de coalizão entre as principais instâncias governamentais para responder as demandas da população moradora de favela, geradas no contexto de crise sanitária. Tal descompasso gerou múltiplos impactos para a sociedade brasileira em diferentes escalas, sobretudo para as mulheres moradoras de favela. Considerando essa realidade, no ano de 2020 acompanhei três lideranças comunitárias da favela de Rio das Pedras objetivando a elaboração de um artigo publicado pela Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Neste contexto me deparei com resistências femininas traduzidas pela autogestão na pandemia em defesa da vida favelada, que apontou como questão central o debate da Segurança Alimentar.

De acordo com Salvador, Gonçalves e Bastos (2020) *a pandemia trouxe à tona realidades invisibilizadas pela nossa hipocrisia habitual*. O contexto proveniente da medida de isolamento social apresentou para a realidade cotidiana da favela desafios em muitas dimensões. Por esse pressuposto, se fez necessário compreender a expansão do novo Coronavírus nas favelas como um indicativo indispensável para a formulação de políticas eficazes no cenário de calamidade pública. Em uma pesquisa realizada pela Prefeitura do Rio de Janeiro com a colaboração do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística - IBOPE com o

objetivo de identificar a incidência e letalidade do Coronavírus foram analisados 3.210 testes rápidos realizados com moradores de seis regiões do município. Entre as regiões, quatro favelas foram contempladas pela pesquisa (Rocinha, Maré, Cidade de Deus e Rio das Pedras).

Os resultados da primeira fase<sup>2</sup> da pesquisa demonstraram que o maior percentual de casos positivos nas seis regiões se deu em primeiro lugar na favela Cidade de Deus com 28%, e em segundo lugar na favela Rio das Pedras com 25%. Quanto à letalidade (número de mortos em relação ao total de infectados), o índice de Rio das Pedras foi de 0,2 % e na Cidade de Deus foi de 0,4% não representando os maiores índices de letalidade entre os que foram analisados das outras regiões. Em todo caso, como afirmaram pesquisadores e instituições dedicadas aos estudos epidemiológicos, à imensa subnotificação dos casos, e a falta de testes representou uma lacuna neste tipo de amostragem.

O que é essencialmente importante no referido debate, antes de tudo, é que a favela como tal não é um problema a ser resolvido. No entanto, suas particularidades estruturais, geográficas e sociais, que são históricas, potencializaram disseminação da Covid-19, incidindo em grandes desafios para os moradores. De acordo com Melo (2020) era preciso assegurar que as vozes, necessidades e demandas das mulheres estivessem no centro das respostas dos entes federativos e das políticas de atendimento à população. As mulheres são essenciais na luta ao enfrentarem os desafios dos cuidados, na família, no trabalho, como profissionais de saúde, trabalhadoras domésticas, trabalhadoras informais entre outras ocupações. Para a autora a vida das mulheres foi profundamente afetada no contexto da pandemia. *Na miudeza da vida cotidiana da família e do trabalho, elas são as mais afetadas pela crise. Mas são ignoradas pelas políticas econômicas sociais do atual governo.* (MELO, 2020, p. 01).

Por isso, a necessidade de mobilizações internas no atendimento das

---

<sup>2</sup>O estudo foi realizado por equipes da Subsecretaria de Promoção, Atenção Primária e Vigilância de Saúde e da Subsecretaria de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses, órgãos vinculados à Secretaria de Saúde do município. Na segunda fase, a Prefeitura do Rio acompanhou a velocidade de expansão do número de contaminados. Disponível em: <https://riocontraocorona.rio/noticias/prefeitura-divulga-resultado-da-primeira-etapa-de-pesquisa-sobre-covid-19-em-comunidades-cariocas/>. Acesso em: Agosto de 2022.

demandas invisibilizadas foi crucial em muitas experiências de autogestão da pandemia. Historicamente a consolidação das favelas na cidade se estruturou, por meio das ações das pessoas, como respostas, possibilidades e alternativas de morar na cidade e acessar as vantagens delas (BARBOSA, 2013). Sendo assim, há de se considerar que a resistência como prática política dos moradores representa um conhecimento apurado, e refinado adquirido ao longo de muito tempo em torno da experiência de mobilização coletiva e da autogestão de problema comuns. Como afirma Gonçalves e Amoroso, (2012), a mobilização política no interior das favelas é tão antiga, quanto às próprias favelas.

Dessa forma, parte dos questionamentos impulsionadores do referido trabalho partiu da percepção da dramaticidade da pandemia nas favelas cariocas. E se fossem as favelas responsáveis por disseminar o novo Coronavírus para as demais regiões da cidade? Tal indagação repercutiu no curso das observações realizadas sob o pano de fundo da extensão rápida e letal das áreas privilegiadas da cidade, para as favelas e periferias. A intencionalidade espacial, social e política foi elaborada a partir do interesse de visibilizar assim como Lugones (2014) defende “realidades vividas” de mulheres moradoras da favela de Rio das Pedras, localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, entre Jacarepaguá e o Itanhangá, onde possui relação cotidiana e familiar (por ser moradora da região) e compromisso na busca de alternativas de enfrentamento à crise sanitária que apresenta desdobramentos até os dias atuais. Esse lugar epistemológico representa, de acordo com Curiel (2020), práticas coletivas, nas quais muitas de nós participam.

Grande parte das favelas no Rio de Janeiro, comportando suas especificidades, estabeleceram ações variadas para o enfrentamento das conseqüências da pandemia. No geral, as ações estiveram voltadas para campanhas de arrecadação de recursos, iniciativas de comunicação comunitária (faixas, cartazes, carros de som), mapeamento de pessoas infectadas e alternativas de isolamento, elaboração de painéis de controle autônomos para o enfrentamento das subnotificações, distribuição de kits de higiene, roupas, instalação de pontos de água e de higienização e de alimentos. Tendo este último item obtido bastante

notoriedade nas práticas de autogestão. Nesse sentido este artigo se apresenta como síntese da pesquisa desenvolvida em 2020, valendo-se dos resultados obtidos a época, para apresentar uma nova problemática não abordada no trabalho anterior, que corresponde à conexão das experiências de autogestão da pandemia protagonizada pelas mulheres de Rio das Pedras com o tema da Segurança Alimentar em um contexto de aumento em velocidade e agravamento da fome no país.

## **2. Considerações sobre o lócus da pesquisa.**

Em meio aos afetos, resistência, escuta e vivência de um processo artesanal de mobilização construído por muitas mãos, e imponentes vozes é possível delinear metodologicamente que o caminho para elaboração da referida pesquisa além da sistematização bibliográfica científica, análise de publicações de documentos oficiais, acervo de produções jornalísticas textuais, audiovisuais, baseou-se empiricamente na realização de entrevistas com três mulheres que atuam em projetos sociais distintos e na observação participante entre os meses de março a junho de 2020 nas atividades por elas desempenhadas em Rio das Pedras.

De acordo com amostra preliminar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico-IBGE referente ao ano de 2019 a partir do cruzamento de dados do Ministério da Saúde, a favela de Rio das Pedras é a segunda maior do país. O censo realizado no ano de 2010 pelo referido instituto, foi responsável por indicar o número de 63.482 moradores na região. Já os dados mais recentes dos mapeamentos autônomos realizados por lideranças comunitárias locais, estimam o número de 180 mil habitantes. Essa densidade demográfica explicita indicativos necessários para a avaliação e reconhecimento das necessidades locais, que em um primeiro momento, apenas nos permite está diante de conjecturas que não comportam uma tradução homogênea da realidade social, dada a presença de múltiplos fatores sociais e econômicos dispostos em um único espaço. Por isso, as ações comunitárias que organizam a vida cotidiana e as necessidades locais são fundamentais em qualquer tipo de análise da realidade social urbana.

A favela de Rio das Pedras pode ser dividida em duas partes: uma área norte mais consolidada e uma área sul com infraestrutura mais recente, e por consequência mais precária. Para as moradoras entrevistadas, as principais divisões dentro de Rio das Pedras são as “sub-comunidades” conhecidas como Areal 1, Areal 2, Areinha, Casinhas, Pinheiro, Pantanal, Vila Carangueijo, Rua das Flores, Rio Novo e Pantanal. As ruas principais são a Rua Nova, Rua Velha e Engenheiro. É uma favela de história marcada por muitas nuances políticas caracterizadas por resistência e descasos do poder público.

Assim como grande parte das favelas, cresceu como resultado de determinantes projetos de construção, urbanização, e expansão de uma área específica da cidade. Localizada na zona oeste da cidade, a favela se consolidou com maior expressividade na década de 1970, e até hoje abriga muitos migrantes nordestinos que acessam historicamente a região como alternativa de moradia mais próxima de seus locais de trabalho. Além disso, é conhecida também pela forte presença da milícia, que exerce um rígido controle local com grande impacto no cotidiano dos moradores.<sup>3</sup>

Observa-se nesse contexto que as práticas associativas são fortemente impactadas e silenciadas em favelas controladas pela milícia, em função da atmosfera clientelista que mobiliza muitos interesses nesses espaços. Apesar dessa hipótese não ter sido aprofundada na pesquisa, foi possível constatar que as ações das mulheres de Rio das Pedras empreendidas no contexto da pandemia a partir de relações sociais distintas, ressignificam e complexificam em certa medida a prática associativa (mesmo em um contexto vigiado e controlado) ao mobilizarem diversidade política ideológica, a partir do cruzamento entre a própria noção de

---

3As milícias começam a se constituir no Rio de Janeiro ainda nos anos 1980 justamente na favela de Rio das Pedras e se expande por toda a cidade a partir dos anos 2000. Elas, inicialmente, se organizam para expulsar o tráfico de drogas das favelas e passam a taxar diferentes atividades no local (transporte alternativo, venda de gás, comércio em geral...) e/ou controlam diretamente certas atividades, como, por exemplo, o mercado imobiliário (Benmergui e Gonçalves, 2019). Apesar dos recorrentes conflitos entre milícia e narcotraficantes, já há indícios, em algumas favelas, de alianças de grupos milicianos com facções de venda de drogas. Outro ponto importante é a relação das milícias com o poder legislativo. Esse argumento é defendido com veemência pelo Sociólogo José Claudio Souza Alves, que estuda o assunto há 26 anos. Para ele, a milícia não é um poder paralelo, mas o próprio Estado, e sem essa conexão direta não haveria milícia na atuação que ela tem hoje. <https://apublica.org/2019/01/no-rio-de-janeiro-a-milicia-nao-e-um-poder-paralelo-e-o-estado/> Acessado em abril/2020.

política, com a noção de solidariedade, cuidado, e coletividade, mas sem deixar de lado a organização intencional de suas ações.

### **3. Discussão**

A experiência local em Rio das Pedras compreendeu através do trabalho de três moradoras antigas e atuantes em projetos sociais distintos, de base comunitária que um dos maiores impactos da pandemia foi à fome. Identificadas como Moradora 1, Moradora 2 e Moradora 3, as mulheres entrevistadas por ocasião da pesquisa supracitada, evidenciaram no processo de investigação repertórios em suas ações que demarcaram o tema da Segurança Alimentar como central no âmbito de suas práticas associativas de dimensão horizontal e solidária.

A moradora 1 é responsável pelo projeto social de distribuição de cestas básicas desde 2002, chamado “SEMEANDO O AMOR”, enquanto que a Moradora 2 é Fundadora e Coordenadora da Organização Não Governamental “SOCIALBIT” atuando há cinco anos com consultoria na área de empreendedorismo pra os comerciantes locais, além de oferecer cursos nesta temática. A Moradora 3 é integrante e reconhecida como porta voz da Comissão de Moradores de Rio das Pedras. São lideranças comunitárias que integram uma rede de autogestão protagonizada por mulheres, em torno de desafios que segundo elas, estão postos na realidade cotidiana da favela de Rio das Pedras muito antes da pandemia, mas que foram potencializados no contexto desta.

Conceitualmente a Segurança Alimentar tem sua concepção definida por diferentes esferas da sociedade. Entre as principais concepções, encontra-se a definição da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO. De acordo com Breilh (2006) a definição da FAO limita-se aos determinantes de educação, saúde, trabalho e renda, permitindo pouca correlação com outros determinantes sociais, bem como, com a correlação que autora defende como necessária a respeito do tipo de alimento consumido e dos processos de produção. Já no Brasil, a concepção que se tem de Segurança Alimentar foi institucionalizada mediante a criação da Lei 11. 346, de 15 de setembro de 2006 e consiste:

[...] na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (Brasil, 2006)

Conforme salienta Bezerra (2021) a dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional –SAN no Brasil é orientada pelo princípio do direito humano à alimentação adequada, com incidência de prioridade no campo social e político de formulação de políticas sociais. Apesar de tal definição, o que se observa na realidade do país é uma grande fratura orientada por macropolíticas nas quais predomina o poder decisório de grandes corporações do sistema agroalimentar mundial, impondo aos países uma série de medidas que fragiliza o acesso seguro à alimentação saudável enquanto direito fundamental. (BEZERRA, 2021).

Os níveis do que se contrapõe a Segurança Alimentar, ou seja, a chamada Insegurança Alimentar é medida pela Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar – EBIA, incorporada no Brasil, por decisão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 2004. (BEZERRA, 2021). Ela avalia de maneira direta uma das dimensões da segurança alimentar e nutricional em uma população, por meio da percepção da experiência da fome a partir de 14 questões disponíveis no estudo técnico nº01/2014 elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação.<sup>4</sup>

De acordo com os resultados apresentados após a conclusão do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN), a convivência da sociedade brasileira com a fome tomou proporções significativas em velocidade e agravamento no curso da crise sanitária. No âmbito nacional estimou-se que 52,2% dos domicílios brasileiros conviviam com algum nível de insegurança alimentar, ou seja, algum tipo e nível de restrição quantitativa alimentar e que 9,0% conviviam com a fome. Já na região Sudeste do país, estimou-se o percentual de 54,6% de domicílios convivendo com algum tipo de restrição alimentar, representando níveis leves, moderados ou graves de

---

<sup>4</sup><file:///C:/Users/Marcia/Downloads/328.pdf>. Acesso em Agosto de 2022.



insegurança alimentar. Dados que escancara uma realidade que é anterior a pandemia, mas que foi potencializada no contexto desta, por diversos fatores sendo o principal deles, a falta de coalizão entre as instâncias de governo, para responder às demandas populares e o desmonte perpetrado pela governabilidade federal atual as políticas sociais de combate a fome com resultados reconhecidos internacionalmente.<sup>5</sup>

No bojo dessas observações encontra-se a realidade das favelas cariocas. Em Rio das Pedras, a Moradora 2 atenta a radicalidade da pandemia para a sobrevivência da vida na favela compartilhou a seguinte fala;

Ainda avalio que o maior desafio é a questão da fome. A pandemia deixou muitas pessoas sem renda, muitas pessoas não tiveram acesso ao auxílio emergencial. Então aqui em Rio das Pedras a gente se depara com diversas situações emergenciais, pessoas há dois dias sem comer, mães que estão com crianças em casa se alimentando apenas de farinha de biscoito de arroz o dia inteiro. A gente escuta relatos aqui o dia inteiro e vê que essa questão da fome não foi sanada. São pessoas que trabalhavam, pessoas que tinham sua renda, pessoas que conseguiam manter seu aluguel e manter sua alimentação e hoje não conseguem o que é bastante triste. E eu venho lidando com diversas questões no dia a dia e eu vejo que a fome é uma das mais emergenciais, que a gente não consegue dar conta sozinha se não houver atuação do poder público. Moradora 2 - Entrevista concedida em jun. 2020 /Rio das Pedras - RJ. (ARAUJO, 2020 p. 19).

Entre os principais impactos negativos sobre a alimentação para os casos de restrição parcial no interior das famílias, estiveram relacionados, por exemplo, as situações de diminuição da quantidade de refeições realizadas no dia, de ausência de condições de preparo de refeições em casa, tendo como vetores dessas situações, questões de saúde em razão do Coronavírus, questões psicológicas (adoecimentos mentais), de renda (alteração do contexto socioeconômico familiar por falecimento, dissensões e conflitos de interesses no que tange às medidas de isolamento social) entre outros.

Tais condições pavimentaram um movimento de recusa das mulheres faveladas, em assistir com passividade as consequências provocadas pela

---

<sup>5</sup>A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) foi uma das primeiras medidas adotadas pelo atual governo, no primeiro dia de janeiro de 2019. O CONSEA, espaço de concentração entre sociedade civil, governamentais e outros setores, foi fundamental para tirar o país do Mapa da Fome das Nações Unidas, em 2014. (II VIGISAN, 2022).

pandemia na vida das pessoas com quem dividem a luta pelo direito de produção do espaço urbano no contexto favelado, como espaços legítimos de se viver e morar. Sem dúvida estivemos diante de um dos fundamentais esteios desta crise, dimensionados por mulheres faveladas que protagonizam ações carregadas de intencionalidade política, resistência e solidariedade horizontal.

As três experiências anunciadas resignificaram o foco de seus trabalhos durante o auge da pandemia em 2020 e elencaram a distribuição de alimentos como a principal ação empreendida no contexto supracitado. É possível observar por meio da explicação que a Moradora 1 ofereceu sobre a logística da atuação do seu projeto;

A gente não guarda a gente doa. O que chega aqui é pra ser doado para quem precisa. Nosso lema é esse, aqui não pode se guardar nada. Além dos alimentos não perecíveis, também doamos legumes, frutas e verduras, pois temos uma parceria com o sacolão. Eles mandam uma Kombi lotada de legumes verduras e frutas, é a gente arruma nas sacolas e fazemos a distribuição. Temos um grupo de 10 voluntárias mulheres que se divide em equipe de 5 voluntárias pra cada sábado pra não ficar pesado pra ninguém, porque tem que puxar caixa, depois limpar arrumar e organizar tudo. Então é assim que a gente trabalha aqui. O tipo de trabalho da luta contra a Covid aumentou o volume de cestas básicas e uma demanda maior de pessoas procurando por cestas básicas. Aqui é um ponto onde as pessoas já estão acostumadas a receberem ajuda, então as pessoas que não tem nada correm aqui para pedir ajuda da gente. Moradora 1 - Entrevista concedida em jun. 2020 /Rio das Pedras - RJ. (ARAUJO, 2020 p. 21).

Assim como, Eduardo Galeano (2002), que distinguiu em sua crítica a solidariedade horizontal, da noção de caridade vertical esvaziada da concepção que parte do reconhecimento do outro como igual, estão às referências que conformam o horizonte das práticas das mulheres em Rio das Pedras em torno da defesa da Segurança Alimentar em um cenário de agravamento das condições de restrição alimentar em níveis de quantidade e diversidade de alimentos.

Um está ajudando o outro, a solidariedade tomou conta das pessoas. Têm muitas pessoas que estão se juntando, grupos de amigo e sabe que a gente faz um trabalho muito sério, então as pessoas vem aqui também pra distribuir, e a gente tenta alcançar mais pessoas na comunidade que não tenham conseguido pegar cestas em algum outro lugar, a gente corre atrás, as nossas voluntárias vão às casas fizemos entregas nas casas de carrinho de mão pra quem não pode sair. Moradora 3 - Entrevista concedida em jun. 2020 /Rio das Pedras – RJ. (ARAUJO, 2020 p. 21).

As vivências circunscritas à gestão de suas rotinas cotidianas de vida foram responsáveis por abastecer o processo organizativo em Rio das Pedras, observando a relevância da fluidez entre os gestos de dar e receber que marcam as relações entre a vizinhança nas favelas, principalmente entre as mulheres, como dinâmicas associativas em torno dos fluxos de reciprocidade. Essa relação mediou a construção de um circuito social presente no cerne das interações sociais e das resistências cotidianas. Nesse circuito social reconfigurado e reatualizado por novas condições sociais, é que a concepção de Segurança Alimentar manifestou-se como indicativo de maior consenso de necessidade imediata e urgente entre as práticas analisadas no contexto da crise sanitária.

A autogestão dos impactos da pandemia protagonizada pelas mulheres de Rio das Pedras demonstra por sua vez que as narrativas convertidas em repertórios de resistência, relacionavam-se a vivências anteriores ao contexto da pandemia. Repertórios construídos a partir de uma relação ancestral, vindo de outros lugares, iniciados por outras pessoas e da relação de produção do espaço urbano.

Este processo insere a importância da incorporação da perspectiva de gênero nas respostas que buscou-se oferecer no contexto de crise sanitária, uma vez que a pandemia escancarou uma ampla complexidade das tensões sociais tanto para as favelas, como para as mulheres, conforme a experiência de Rio das Pedras demonstrou. Portanto, sob a égide da Segurança Alimentar buscou-se refletir nesta síntese como as experiências não pronunciadas e silenciadas, que no cotidiano produzem resistências possuem potencial de emancipação social bem como, se configuram como lutas essenciais para a efetividade das políticas públicas de combate à fome.

#### **4. Considerações Finais**

Se em tempos de “normalidade” as mulheres faveladas têm ocupado a centralidade em diversas mobilizações políticas, como no caso da luta contra a remoção no contexto dos megaeventos<sup>6</sup>, o cenário de crise sanitária também

---

<sup>6</sup>Para maiores detalhes ver MEDEIROS, M. 2018.

apontou para a resistência feminina de sociabilidade cotidiana como estratégia de sobrevivência e autogestão da pandemia. Elencar esses ditames sociais sob a perspectiva das mulheres de Rio de Pedras corresponde à convocação proposta pela resistência decolonial que nos convida a mapear os silêncios e as aspirações que a narrativa dominante não permite pronunciar.

Nesse sentido, a autogestão da pandemia protagonizada pelas mulheres de Rio das Pedras em defesa da Segurança Alimentar, representou a ação de mulheres específicas na cidade em recusa à relativização estrutural de suas demandas, a banalização de suas próprias existências produzidas no contexto constitutivo do silêncio histórico. Esse agenciamento contribui para o redimensionamento de papéis e lugares de ausência e de não poder, socialmente construídos. Assim como, desnuda a representação da mulher como sujeito universal. Tal agenciamento das mulheres nas favelas analisado nesta perspectiva indica a emergência de combater a negação da organização racializada da vida social que se constitui para Vergès (2020), como a engrenagem da dominação e sociabilidade moderna colonial e capitalista.

Para Castro (1963), a falta do que comer para viver mostra o limite da própria sobrevivência humana, mas levou-se algum tempo para que essa condição ganhasse um lugar de atenção merecido nas agendas políticas. Precisou ser desconstruída a ideia da fome como fenômeno natural para compreendê-la como fenômeno social e, portanto, como questão social. Dessa forma, referida como um dos principais determinantes da fome do Brasil, a desigualdade social observada por Josué de Castro em 1940 permanece estruturando as relações atuais da sociedade brasileira em torno da ausência de comida. (PACHECO, 2021).

Nesse contexto a autogestão na pandemia a partir das experiências das mulheres de Rio das Pedras em defesa da Segurança Alimentar, pode ser lida como uma denúncia que elucida todos os desmontes deliberados das iniciativas contra a fome no país no atual governo. Se por um lado a concepção da Segurança Alimentar sempre esteve presente nas práticas cotidianas nas favelas, nos

processos de autogestão dos problemas inerentes às desigualdades sociais, por outro é inegável que a pandemia acirrou essa necessidade. No entanto, alguns especialistas destacam que o agravamento das condições de fome no país não pode ser creditado exclusivamente a pandemia, uma vez que o país voltou ao Mapa da Fome em 2018 e em 2020, registrou 55,2% da população convivendo com Insegurança Alimentar<sup>7</sup>.

Essa perspectiva indica múltiplos determinantes situados em questões diversas para além da alimentação, como sinalizou o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN). Conforme apontado, ocorre em sinergia com um ambiente de instabilidade política a fragilidade das instâncias democráticas, da atuação da sociedade civil e o desprezo aos direitos humanos, dentre os quais está posicionado de maneira central o direito à alimentação adequada e saudável.

Considera-se, portanto, dessa maneira que a situação da Segurança Alimentar depende da garantia de outros direitos para sua consolidação. E que as experiências de autogestão dos impactos da pandemia nas favelas, sobretudo, na dimensão de combate a fome protagonizadas por mulheres nas favelas cariocas como no caso de Rio das Pedras, representam paradigmas que emergem vias de construção, de diálogo e de estratégias que podem ampliar a viabilidade da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável. Importou desta forma, tornar visível de forma sintetizada parte desta experiência.

## 5. Referências Bibliográficas

DE ARAUJO, M. B. **NA LINHA DE FRENTE DA COVID-19 NAS FAVELAS CARIOCAS: A resistência decolonial das mulheres de Rio das Pedras no enfrentamento da pandemia.** Revista Inter-Legere, [S. l.], v. 3, n. 28, p. c21578, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/21578>. Acesso em: 14 ago. 2022.

---

<sup>7</sup><https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/volta-do-brasil-ao-mapa-da-fome-e-retrocesso-inedito-no-mundo-diz-economista.shtml> Acessado em agosto de 2022.

BARBOSA, Jorge Luiz. **Habitação popular, território e regularização fundiária na cidade do Rio de Janeiro**. In GOMES, Maria De Fatima Cabral Marques; MAIA, Rosemeres Santos; CARDOSO, Isabel Cristina Da Costa; DE FRANÇA, Bruno Alves (Org.). Renovação urbana, mercantilização de cidade e desigualdades socioespaciais. Rio de Janeiro : Mauad X, 73-84. 2013.

BEZERA, Islandia. **Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional**. Dicionário de agroecologia e educação/Alexandre Pessoa Dias. [et al]. – 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 713 – 720, 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Losan: **Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm). Acesso em: 14 ago. 2022.

BREILH, J. **Epidemiologia crítica. Ciência emancipadora e interculturalidade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome. O dilema brasileiro: pão ou aço**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

CURIEL, Ochy. **Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial**. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais / organização e apresentação Heloisa Buarque de Hollanda. 1º Ed. Rio de Janeiro, 121 – 138. 2020.

GALEANO, E. **O livro dos abraços**. Tradução de Eric Nepumocemo. 9. Ed – Porto Alegre: L&PM, 2002. Título original: El libro de los abrazos Primeira edição em junho 1991.

GONÇALVES, R.; AMOROSO, M. **A centralidade da UTF na reconstrução da memória dos movimentos associativos de moradores nas Favelas cariocas**. XIV Encontro Nacional de história oral. 2012.

LUGONES, María. 2014. **Rumo a um feminismo descolonial**. Estudos Feministas, 22, 3, 935-952. 2014.

MEDEIROS, M. **O protagonismo feminino na luta contra as remoções do Rio de Janeiro**. /organizadores, Giselle Tanaka. – 1ed. – Rio de Janeiro. Letras Capital, 2018.

MELO, Hildete Pereira. **A vida das mulheres em tempos de pandemia**. Nexos Ensaio – Rio de Janeiro, 2020.

SALVADOR, A. C. GONÇALVES, R.S. BASTOS, V.P. **A crise provocada pela COVID-19: antigos problemas em um novo cenário**. Para além da quarentena: Reflexões sobre crise e pandemia. Ana Lole, Inez Stampa, Rodrigo Lima R. Gomes

(organizadores). 1º Ed. Rio de Janeiro. 1146 – 156, 2020.

PACHECO, Maria Emilia. **Fome**. Dicionário de agroecologia e educação/Alexandre Pessoa Dias. [et al]. – 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 424 – 429, 2021.

VERGÉS. FRANCOISE. **Um feminismo decolonial**/ Françoise Vergès; traduzido por Jamile Pinheiro Dias e Raquel Camargo. Título original: Um féminisme décolonial. São Paulo: Ubu, Editora, 2020.

II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN : relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP : Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022. -- (Análise ; 1). Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf> . Acesso em: 14 ago. 2022.